EMENDA Nº 066/2019 (MODIFICATIVA)

**Altera dispositivo do Projeto de Lei n. 032/2019
(ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 1.800/2007).**

Nos termos do art. 136 do Regimento Interno, propomos a seguinte Emenda ao Projeto de Lei nº 032/2019:

Art. 1º - O Art. 2º do Projeto de Lei nº 032/2019, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroage seus efeitos a 1º de dezembro de 2019 e revoga as disposições em contrário, em especial os artigos 1º ao 4º e anexo único da Lei 2.710, de 28 de maio de 2018.

Art. 2º - Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala Augusto Ruschi, 14 de dezembro de 2019.

Dr. Gregório Venturim - PSDB

_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____

JUSTIFICATIVA:

A Lei n. 2.710 promoveu a possibilidade de precarização da mão-de-obra municipal e lamentavelmente a do trabalhador braçal, pois criou uma gratificação para a prestação de serviço com duração de até 8 (oito) horas em horário extraordinário (“fora de seu horário de trabalho”) o que além de outras anormalidades, também contrária o disposto no art. 99 do Estatuto do Servidor publico municipal.

Estabeleceu um valor fixo de R\$ 54,00 (por evento ou mutirão), que não acompanha a variação salarial desses servidores, e ainda, a título de indenização, ou seja, o seu valor não repercute nas outras parcelas como 13º salário e férias, por exemplo.

Definiu tratamento diferente para a mesma prestação de serviço, quando nos parágrafos 2º e 4º do art. 1º, fixou que até 8 horas trabalhadas o valor pago teria natureza indenizatória, ultrapassando esse lapso temporal a mesma prestação de serviço, passa a ser tratada como natureza salarial, ou seja, revela um descompasso, pois a natureza da

prestação de serviço é de contraprestação salarial não sendo razoável tratamento diverso, principalmente para converter em retribuição indenizatória, podendo trazer enormes prejuízos ao servidor municipal.

O desacerto do ato normativo culmina na autorização do abuso do poder de subordinação disposto no §5º do art. 1º, vez que permite ao Poder Executivo não pagar, nem de forma proporcional essa já aviltante gratificação, se o servidor se afastar ou for afastado da prestação de serviço em mutirão e evento. A título de exemplo, se o trabalhador braçal trabalhar num evento/mutirão durante 7 horas seguidas e mesmo que por um ato seu de insubordinação, a chefia imediata resolva afastá-lo, o poder público não precisa pagar nada, nem ao menos a proporcionalidade.

Nessa delinear de raciocínio, apesar de entender que o Projeto de Lei já revoga essa anomalia normativa que trata a retribuição da prestação de serviço em pagamento a título indenizatório, propomos a especificação dela para que não haja dúvidas futuras.